regulares de qualquer tipo podem ser suficientes para se considerar que essas pessoas restabelecem relações pessoais e afetivas e para comprovar a existência de uma vida familiar efetiva. Além disso, também não se pode exigir que o filho que requer o reagrupamento e o progenitor em causa se apoiem mutuamente em termos financeiros.

(¹) JO C 378, de 9.11.2020.
JO C 348, de 19.10.2020

Acórdão do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 1 de agosto de 2022 (pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Bundesverwaltungsgericht — Alemanha) — Bundesrepublik Deutschland/XC

(Processo C-279/20) (¹)

(«Reenvio prejudicial — Espaço de liberdade, segurança e justiça — Política em matéria de imigração — Direito ao reagrupamento familiar — Diretiva 2003/86/CE — Artigo 4.º, n.º 1, primeiro parágrafo, alínea c) — Conceito de “filho menor” — Artigo 16.º, n.º 1, alínea b) — Conceito de “vida familiar efetiva” — Filho que requer o reagrupamento familiar com o progenitor que obteve o estatuto de refugiado — Data pertinente para apreciar a qualidade de menor»)

(2022/C 408/04)

Língua do processo: alemão

Órgão jurisdicional de reenvio

Bundesverwaltungsgericht

Partes no processo principal

Recorrente: Bundesrepublik Deutschland

Recorrida: XC

Sendo interveniente: Landkreis Cloppenburg

Dispositivo

- 1) O artigo 4.º, n.º 1, primeiro parágrafo, alínea c), da Diretiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de setembro de 2003, relativa ao direito ao reagrupamento familiar, deve ser interpretado no sentido de que a data de referência para determinar se o filho de um requerente do reagrupamento que tenha obtido o estatuto de refugiado é menor, na aceção desta disposição, numa situação em que esse filho atingiu a maioridade antes da concessão do estatuto de refugiado ao progenitor requerente do reagrupamento e antes da apresentação do pedido de reagrupamento familiar, é a data em que o progenitor requerente do reagrupamento apresentou o seu pedido de asilo para obter o estatuto de refugiado, desde que tenha sido apresentado um pedido de reagrupamento familiar nos três meses subsequentes ao reconhecimento do estatuto de refugiado ao progenitor requerente do reagrupamento.
- 2) O artigo 16.º, n.º 1, da Diretiva 2003/86 deve ser interpretado no sentido de que, para considerar que existe uma vida familiar efetiva, na aceção desta disposição, no caso do reagrupamento familiar de um filho menor com um progenitor que obteve o estatuto de refugiado, quando esse filho tiver atingido a maioridade antes da concessão do estatuto de refugiado ao progenitor requerente do reagrupamento e antes da apresentação do pedido de reagrupamento, a mera relação jurídica de filiação não é suficiente. No entanto, não é necessário que o progenitor requerente do reagrupamento e o menor em causa coabitem no mesmo lugar ou vivam sob o mesmo teto para que esse menor possa beneficiar do reagrupamento familiar. Visitas ocasionais, desde que sejam possíveis, e contactos regulares de qualquer natureza podem bastar para considerar que essas pessoas reconstruem relações pessoais e afetivas e para demonstrar a existência de uma vida familiar efetiva. Além disso, também não se pode exigir que o progenitor requerente do reagrupamento e o seu filho se prestem mutuamente assistência financeira.

(¹) JO C 378, de 9.11.2020.